

LITERATURA NEGRA: REPRESENTAÇÃO E (RE) CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

BLACK LITERATURE: REPRESENTATION AND IDENTITY'S (RE) CONSTRUCTION

Francisco Fábio Pinheiro de Vasconcelos¹
Eusana Maria Pereira de Almeida²

RESUMO

O presente artigo discute a inserção da Literatura negra na sala de aula, pois acreditamos que as atividades de leitura de tais textos podem colaborar para a ampliação da competência leitora dos educandos e suscitar reflexões que favorecem o aprimoramento de valores, que respeitem e reconheçam adequadamente a diversidade étnico-racial, possibilitando a (re)elaboração da identidade dos sujeitos envolvidos, tornando-os mais proficientes, ativos e críticos. As discussões são norteadas pelos estudos sobre o racismo mascarado de Abdias Nascimento (2016), a literatura negra e sua representatividade de Cuti (2002), Dalcastangnè (2012) e Evaristo (2009), dentre outros autores que estudam o presente viés temático.

Palavras-chave: Literatura Negro-Brasileira, Representação, Identidade Étnico-Racial.

ABSTRACT

This article discusses the insertion of black literature in the classroom, because we believe that the reading activities of such texts can contribute to the expansion of the reading competence of the students and raise reflections that favor the improvement of values, that respect and adequately recognize the ethnic-racial diversity, enabling the (re) elaboration of the identity of the subjects involved, making them more proficient, active and critical. The discussions are guided by the studies on masked racism by Abdias Nascimento (2016), black literature and its representativeness by Cuti (2002), Dalcastangnè (2012) and Evaristo (2009), among other authors who study the present thematic bias.

Keywords: Black-Brazilian Literature, Representativeness, Étnico-Racial Diversity.

¹ Doutorado em Letras e Linguística (Estudos Literários) pela Universidade Federal de Alagoas. Professor Titular da Universidade Estadual de Feira de Santana (Departamento de Educação). E-mail: ffabiovasc@gmail.com

² Licenciada em Letras - Habilitação em Português e Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade do Estado da Bahia. Aluna do curso de Mestrado Profissional em Letras - PROFLETRAS, Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS. E-mail: euzana.maria@hotmail.com

Introdução

Identidade é um conceito com múltiplas definições, sendo estudada por diversas áreas, como Filosofia, Psicologia, Sociologia, Antropologia e demais ciências sociais. Para nortear este estudo, optamos por compreendê-la conforme enunciado por Zygmunt Bauman (2005), sendo o “eu postulado” pelo indivíduo. Para o sociólogo, a identidade “só nos é algo a ser inventado, e não descoberto” (BAUMAN, 2005, p. 21). Trata-se, portanto, de um processo relacional, construído a partir das experiências e vivências nas quais o indivíduo está exposto no contexto cultural, social e histórico, não se reduzindo ao que aproxima ou caracteriza o indivíduo como singular, mas também aquilo que afasta de si e o diferencia dos demais.

Desse modo, estar inserido em um determinado grupo ou classe econômica determina oportunidades e pode ser impeditivo de satisfação de necessidades básicas, por exemplo, fazendo emergir assim, as “maiorias” e “minorias” sociais (exploradores e explorados). Nesse cenário, é possível pensar sobre a construção identitária negra em uma sociedade estruturada a partir do racismo? Como esperar que se consiga construir positivamente uma identidade, quando, historicamente, aquilo que identifica o/a negro (a) está associado a algo negativo?

É a partir da história de sofrimento a que foram submetidos os/as negros (as) sequestrados na África que as identidades negras foram se construindo, tomando como contexto base a exploração, o medo, a dor, a humilhação, o sofrimento, a rejeição e uma tentativa incessante de associá-los a tudo quanto é negativo e feio. Para Gomes (2005, p. 43): “Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos/as negros (as), desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelas negras e pelos negros brasileiros (as)”.

As ideias da autora traduzem a situação vivida pelos sujeitos, quando se autodenominam negros, ao longo da história do nosso país e até os dias atuais, e diversas vezes são expostos a experiências constrangedoras, levando-os a, não raras vezes, negar sua origem ou ampliar as dificuldades de afirmação desta. Contudo, vale destacarmos como essa situação está relacionada a um passado de sofrimento e escravidão e também aos demais caracterizadores individuais ou sociais, como a fé, o trabalho, as festas, o lazer, a militância e tantos outros elementos. Destarte, os sujeitos são expostos a uma pluralidade de escolhas, se aproximam ou se distanciam com o

objetivo de proteção ou buscando orgulhar-se e reafirmar o seu pertencimento étnico-racial.

Portanto, objetivamos discutir a importância da literatura negro-brasileira em consonância com o que determina a Lei 10.639/03, porque essa inserção, nas aulas de Língua Portuguesa é relevante, pois esses textos podem dialogar com a vivência dos estudantes e suscitar reflexões sobre as suas subjetividades, proporcionando a compreensão de quem são e da reconstrução identitária. As atividades de leitura, nos espaços de educação, ancoradas em narrativas negras podem propiciar o reconhecimento de uma identidade, lembrando que esta é criada na interação com o outro, inclusive na relação estabelecida na trajetória educacional.

Africanos escravizados! Afrodescendentes livres?

Arrancados do seu lugar, transformados em propriedade privada, marcados a ferro e fogo, tendo sua identidade subtraída, uma vez que perdiam o direito ao Lugar³, à família, à cultura, à liberdade e até mesmo o direito de usar o próprio nome, escravizados, animalizados; assim começa a história do povo africano em solo brasileiro. Aqui eles passaram a realizar todas as tarefas relacionadas com os interesses econômicos dos colonizadores, nas áreas da agricultura, pecuária, mineração, engenhos de cana-de-açúcar, atividades domésticas, entre outras. A esse respeito, Nascimento destaca:

O papel do negro foi decisivo para o começo da história econômica de um país fundado, como era o caso do Brasil, sob o signo do parasitismo imperialista. Sem o escravo, a estrutura econômica do país jamais teria existido. O africano escravizado construiu as fundações da nova sociedade com a flexão e a quebra da sua espinha dorsal, quando ao mesmo tempo seu trabalho significava a própria espinha dorsal daquela colônia. Ele plantou, alimentou e colheu a riqueza material do país para o desfrute exclusivo da aristocracia branca (NASCIMENTO, 2020, p. 59).

Esse processo de captura e escravização de homens e mulheres negros e negras durou mais de três séculos e, durante todo esse tempo, os sobreviventes dos horrores do sistema, considerados como incapazes, pois havia findado a sua utilidade produtiva, eram descartados como lixo, após anos de trabalho. “Eram atirados à rua, à própria

³Lugar: parcelas do espaço geográfico com a qual cada indivíduo se relaciona e interage. O lugar possui também íntima relação com os aspectos culturais que marcam cada sociedade. (Houaiss 2004).

sorte, qual lixo humano indesejável; estes eram chamados de Africanos Livres” (NASCIMENTO, 2020, p.79).

Tempos depois, ainda dentro do período escravista, esse ‘descarte’ tornou-se legalizado através das leis como a “Lei do Ventre Livre”, que garantia liberdade aos descendentes de escravizados nascidos a partir da sua promulgação, e a “Lei do Sexagenário”, que libertava o escravizado que tivesse sessenta anos ou mais, entretanto essa condição de libertos, na prática, também era outra uma forma de abandono

Em 1888, é promulgada a Lei Áurea, concedendo “liberdade” a todos os negros escravizados no Brasil, sem exceções; porém, nos mesmos moldes das leis anteriores, não lhes foi garantido nenhum direito essencial para uma vida verdadeiramente livre. Para Nascimento (2020), essa libertação dos escravizados brasileiros nada mais é do que a legalização de assassinatos coletivos:

Em 1888, se repetiria o mesmo ato “libertador” que a história do Brasil registra com o nome de Abolição ou Lei Áurea, aquilo que não passou de um assassinato em massa, ou seja, a multiplicação do crime, em menor escala, dos “africanos livres”. Atirando os africanos e seus descendentes para fora da sociedade, a abolição exonerou de responsabilidades os senhores, o Estado, e a igreja (NASCIMENTO, 2020, p. 79).

A diáspora africana, em território brasileiro, submeteu os negros a condições cruéis e desumanas de sobrevivência e secularmente promoveu a violação de diversos direitos, deixando-os à margem também do processo de educação. Para Silva e Araújo (2005), a escravidão no Brasil gerou para esta população mais um enorme malefício: a interdição à educação formal. Por conta desse longo período de interdição e dos danos causados por ela, a educação brasileira ainda não conseguiu, efetivamente, implementar políticas que garantam acesso e qualidade no ensino e possam, de fato, promover a igualdade de direitos para todos os cidadãos.

O negro na literatura: ontem e hoje

Quando pensamos sobre a maneira como o negro é retratado na literatura brasileira e como ocorreu a sua inserção na arte de traduzir em palavras tudo que está ao alcance objetivo e subjetivo do olhar humano, seja como personagem ou como autor dos textos em verso e/ou prosa, é possível pensarmos também sobre "o perigo da

história única", frase da escritora nigeriana *Chimamanda Adichie* que também é título de um dos seus livros, no qual, um depoimento emblemático chama a atenção:

Quando comecei a escrever, lá pelos sete anos de idade – textos escritos a lápis com ilustrações feitas com giz de cera que minha pobre mãe era obrigada a ler -, escrevi exatamente o tipo de história que lia: todos os meus personagens eram brancos de olhos azuis, brincavam na neve, comiam maçãs e falavam muito sobre o tempo e sobre como era bom o sol ter saído. Escrevia sobre isso apesar de eu morar na Nigéria. Eu nunca tinha saído do meu país. Lá não tinha neve, comíamos manga e nunca falávamos sobre o tempo, porque não havia necessidade (ADICHIE, 2019. p.11-12).

No referido livro, a autora revela que não conseguia visualizar histórias que tratassem das vivências do seu povo ou apresentassem características fenotípicas aproximadas, e até mesmo o ambiente sempre ensolarado da Nigéria, pois os textos lidos por ela, até então, narravam acontecimentos envolvendo apenas personagens brancos e suas realidades.

O depoimento da autora nos leva também a pensar na nossa literatura. Em uma análise preliminar, superficial, notaremos que a produção literária brasileira pode revelar que durante séculos, a participação dos africanos e seus descendentes, enquanto autores das suas próprias histórias, é pouco significativa se comparada com a quantidade de autores brancos. Os personagens negros das histórias também são em número proporcionalmente inferior ao de personagens brancos e essa presença e caracterização são marcadas de forma subalternizada, estereotipada, de modo a promover o apagamento da história real desses personagens como sujeitos importantes, protagonistas de fato da construção cultural do Brasil como sociedade e Nação.

Esse apagamento na literatura brasileira é bem apontado por Cuti (2002), idealizador dos *Cadernos Negros*⁴, que ao analisar os personagens nas obras da literatura brasileira, constata que a imensa maioria deles é branca, destacando que os papéis representados por essas pessoas ocupam sempre o lugar de protagonistas das histórias, indivíduos de caráter eticamente consolidado. Já os personagens negros aparecem em

⁴*Cadernos Negros* é uma série literária independente que veicula textos afro-brasileiros. A série foi concebida por jovens estudantes que acreditavam no poder de conscientização, sensibilização e acolhimento da literatura, e viam na poesia uma possibilidade de expressar e promover uma arte propriamente negra. Disponível em: <http://centrocultural.sp.gov.br/2020/03/11/cadernos-negros-a-literatura-nacional-como-difusao-de-conscie-ncia/>

quantidade ínfima, e quando apareciam eram associados a comportamentos éticos e socialmente reprováveis. O autor reitera, que desse modo, a literatura brasileira cumpre “seu propósito de invisibilizar e estereotipar o negro e o mestiço”. (CUTI, 2002, p. 32).

Alguns desses estereótipos, marcas tão presentes na caracterização do negro em várias obras da literatura brasileira também foram objetos de estudos de Evaristo (2009). Essa escritora e estudiosa da literatura negra nos afirma que aspectos como o embranquecimento da população brasileira, a representação da mulher como símbolo de sensualidade perversa ou de ingenuidade brutal, são vistos nos personagens de muitos textos literários canônicos, como, por exemplo, *O cortiço* (2005), de autoria de Aloísio de Azevedo, *A Escrava Isaura* (1998), de Bernardo Guimarães, entre tantos outros.

Ainda de acordo com essa pesquisadora, no romance *A Escrava Isaura* (1998) de Bernardo Guimarães, observa-se nitidamente os objetivos de embranquecer a sociedade, como se depreende nesse trecho: “Deram-te uma educação, como não tiveram muitas ricas e ilustres damas, que eu conheço. És formosa, e tens uma cor linda, que ninguém dirá que gira em tuas veias uma só gota de sangue africano.” (GUIMARÃES, 1998, p.14). Para Conceição Evaristo “o autor, incapaz de compor uma heroína que pudesse ser negra, desenha a protagonista como uma escrava mulata, quase branca, educada pela sinhá, que lhe transmite todos os valores de uma educação europeia”. (EVARISTO, 2009, p. 23).

Prosseguindo sua análise, a estudiosa aponta com a devida precisão que em *O Cortiço* (2005), de Aluisio Azevedo, encontramos a representação da mulher como símbolo de sensualidade nociva ou de ingenuidade estúpida que se destacam em duas personagens: Bertoleza e Rita Baiana, essa última descrita assim:

no seu farto cabelo, crespo e reluzente, puxado sobre a nuca, [...], irrequieta, saracoteando o atrevido e rijo quadril baiano, respondia para direita e para a esquerda, pondo à mostra um fio de dentes claros e brilhantes que enriqueciam a sua fisionomia com um realce fascinador. (AZEVEDO, 2005, p.68)

Para Evaristo (2009), essas personagens são retratadas como:

Mulheres infecundas e, portanto, perigosas, como Bertoleza, sempre animalizada no interior da narrativa e que morre focinhando, ou como Rita Baiana, marcada por uma sexualidade perigosa, que macula a família portuguesa, ambas personagens da obra *O Cortiço* (1980), de Aluísio de Azevedo. (EVARISTO, 2009, p. 24).

Apesar da articulação que tão enfaticamente promoveu a subalternização e o apagamento, quase total, da figura do negro na literatura brasileira como enunciador/protagonista da sua própria história ou como personagens que representassem de fato as suas vivências, especialmente a mulher negra, os estudos literários apontam para a existência de marcas incipientes, da presença do negro como enunciador e personagem da sua história e da história do seu povo, nos séculos passados. Podemos, a título de ilustração, indicar essas marcas na obra de autores consagrados, como Luiz Gama (1830 – 1822), Machado de Assis (1832-1908) e Lima Barreto (1881-1922), escritores dos séculos XIX e XX. Sobre esses autores se avolumam estudos, cujos propósitos são o de demonstrar o papel do negro enquanto escritor/intelectual e evidenciar o quanto essa escrita literária já denunciava a crueldade da escravidão e o preconceito racial.

Luiz Gama é filho da africana Luiza Mahin e de um senhor de escravos pertencente a uma tradicional família baiana; nascido na capital do estado da Bahia, foi vendido por seu pai aos 10 (dez) anos de idade. Conquistou sua liberdade, atuou como advogado, jornalista e escritor. Através dos recursos satíricos, criticava a sociedade brasileira, condenando o regime escravista e a política nacional. Para Pereira (2010), Luiz Gama abraçou a causa abolicionista e, em sua obra poética, empenha-se em defender suas origens étnicas, como observamos no fragmento de Primeiras trovas burlescas de Getulino:

Que mundo é este?

Que mundo é este? que mundo é este?
Do fundo seio d'esta alma
Eu vejo... que fria calma
Dos humanos na fereza!
Vejo o livre feito escravo
Pelas leis da prepotência;
Vejo a riqueza em demência
Postergando a natureza.

Vejo o vício entronizado;
Vejo a virtude caída,
E de coroas cingida
A estátua fria do mal;

Vejo os traidores em chusma
Vendendo as almas impuras,
Remexendo as sepulturas
Por preço d'áureo metal.
[...]
(GAMA, 2000, p. 128).

Percebemos nestes versos a caracterização da situação vivida pelos afrodescendentes no pós-abolição marcada por péssimas condições de vida, pela marginalização social e uma severa crítica à realeza (governantes) e aos brancos pelas mazelas impostas e pela secular negação da humanidade dos negros.

Outro autor, um dos mais consagrados escritores brasileiros, que usou a literatura para retratar a condição do negro foi Machado de Assis. Filho de um pintor mulato e de uma lavadeira dos Açores, foi um autodidata e leitor voraz. Iniciou sua vida profissional como tipógrafo, ingressando na carreira burocrática como funcionário do Diário Oficial, subordinado ao Ministério da Fazenda. Sua obra inclui poesia, teatro, conto, crônica, romance e crítica. Foi um dos fundadores e o primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras.

Embora estudiosos apontem o fato de Machado, em suas obras, não ter se posicionado como negro que era, outros, como Eduardo de Assis Duarte (2007), no livro *Machado de Assis, o afrodescendente*, afirma o quanto o consagrado autor se manteve antenado às questões relacionadas à escravidão e ao processo abolicionista. O crítico afirma que Machado escreveu crônicas e contos que criticavam posturas e atitudes, como, por exemplo: “a hipocrisia de políticos que, dizendo-se abolicionistas, votaram a favor dos senhores; ou, ainda, após a abolição, seu firme posicionamento contrário à tentativa de estabelecimento por lei de indenização aos proprietários repentinamente desprovidos da mão de obra cativa” (DUARTE, 2007, p. 247).

Em seus estudos analíticos sobre a obra machadiana, Duarte acrescenta:

em suas crônicas, sempre que aborda o cativo, acrescenta elementos judicativos, que hora lamentam a condição dos escravos, ora louvam a filantropia dos que os libertam, ora criticam os que apoiam ou se beneficiam do sistema. No terreno da poesia, encontramos obras como “Sabina” ou os versos satíricos publicados nos jornais, onde obtinham repercussão mais ampla e seguem-se contos como “Virginius”, “Mariana”, “O espelho”, “O caso da vara” ou o contundente “Pai contra mãe”, calcados numa postura nitidamente afro-brasileira. Já nos romances, o olhar que organiza as ações e comanda a pintura das

Revista de Letras Norte@mentos

figuras nunca é olhado o branco explorador, menos ainda escravista. (DUARTE, 2010, p.128).

Como vimos, a partir dos estudos de Duarte (2010), a diversidade de gêneros textuais e a amplidão da obra de Machado de Assis têm suscitado diversos estudos, no entanto, muitas outras análises ainda são necessárias para compreendermos a complexidade da obra Machadiana, sobretudo no que se refere aos textos que, de forma irônica, muitas vezes, se contrapõem ao fortalecimento da marginalização do povo negro.

Não obstante dessa realidade de marginalização, estava também Lima Barreto, filho de afrodescendentes, nascido em 13 de maio de 1881, tinha como avó uma escrava liberta e uma bisavó que havia sido traficada da África para o Brasil num navio negreiro. Barreto iniciou sua atuação como escritor na imprensa estudantil e, mais tarde, como funcionário público concursado, pôde se dedicar à escrita literária, produzindo romances, crônicas, memórias e artigos. Sua carreira é marcada por situações que fazem de Barreto uma vítima do preconceito racial; entre essas situações, estão as três tentativas, todas sem sucesso, de ingressar na Academia Brasileira de Letras. Sobre a vida e obra de Lima Barreto, Pereira assegura:

A origem social modesta, a cor negra e a vida de jornalista pobre o levaram a desenvolver uma percepção crítica da sociedade do seu tempo movida por forças como o paternalismo, o clientelismo e o preconceito racial. A obra literária de Lima Barreto expôs as contradições da sociedade brasileira e retratou os subúrbios do Rio de Janeiro e seus personagens, muitos dos quais empenhados em promover transformações sociais em prol dos menos favorecidos. (PEREIRA, 2010, p. 200).

Assim, notamos que Lima Barreto conseguiu extrair da sua própria vida de homem mestiço do começo do século XX elementos para contar o sofrimento causado pela discriminação sofrida em razão de sua raça e da vulnerabilidade dos que vivem à margem dos direitos e tratados como cidadãos de segunda categoria.

A partir dos anos 40, do século XX, a força criadora, criativa e reivindicatória do povo negro ganha impulso e visibilidade, propiciando, favorecendo e/ou encorajando também a participação negra na produção literária. Surgem os textos escritos por negros e seus descendentes, expressando as experiências, vivências, subjetividades destes povos num país culturalmente dominado pelo poder hegemônico do homem branco

Revista de Letras Norte@mentos

heterossexual. Esse movimento fortalecido pelo *Quilombhoje*⁵ e pelas publicações dos Cadernos Negros, série literária independente, organizada pelo grupo *Quilombhoje*, que veicula textos escritos por autores negros desde 1978, tem contribuído por trazer à tona a literatura negra.

Essa vertente da literatura brasileira, chamada de literatura negro-brasileira, ou literatura afro-brasileira, por diferentes teóricos, é estudada nos dias de hoje e apresenta discordâncias quanto à conceituação - se negro-brasileira ou afro-brasileira. Essas denominações estão relacionadas a aspectos que envolvem compreensões políticas, sociológicas e ideológicas distintas. No que se refere a literatura afro-brasileira, Luiza Lobo apresenta a seguinte definição:

Literatura afro-brasileira como a produção literária de afro descendentes que se assumem ideologicamente como tal, utilizando um sujeito de enunciação próprio. Portanto, ela se distinguiria, de imediato, da produção literária de autores brancos a respeito do negro, seja enquanto objeto, seja enquanto tema ou personagem estereotipado (folclore, exotismo, regionalismo). (LOBO, 2007, p. 315).

A abordagem de Lobo aponta os principais aspectos responsáveis por distinguir a literatura negra/afrodescendente da literatura canônica, tais como: o enunciador do discurso, ideologicamente identificado com as questões que envolvem a história e cultura do povo negro, as temáticas livres das marcas de subalternização, racismo e silenciamento tão presentes na escrita branca sobre o negro. Duarte (2010) vai ao encontro do que assevera Lobo (2007) ao explicitar que:

Para além das discussões conceituais, alguns identificadores podem ser destacados: uma voz autoral afrodescendente, explícita ou não no discurso; temas afro-brasileiros; construções linguísticas marcadas por uma afro-brasilidade de tom, ritmo, sentido; um projeto de transitividade discursiva, explícito ou não, com vistas a universo recepcional; mas, sobretudo, um ponto de vista ou lugar de enunciação política e culturalmente identificado à afro descendência, como fim e começo. (DUARTE, 2010, p.122).

⁵O *Quilombhoje*, surgido em 1978, é um coletivo de escritoras e escritores negros que abriga autores novos e também veteranos em suas longevas páginas dos Cadernos Negros, sua principal publicação. Em seus números, a antologia reúne ora poemas, ora contos, tendo publicado escritores como Cuti, Miriam Alves, Esmeralda Ribeiro, Oswaldo de Camargo, Conceição Evaristo, Geni Guimarães, Ferréz e tantos outros (MARQUES DA SILVA, 2021)

Outro escritor e estudioso dessa temática, Cuti (2010), reconhece os aspectos que caracterizam a literatura afrodescendente discutidos por Lobo (2007) e Duarte (2010). No entanto, considera que a denominação mais pertinente para literatura produzida e protagonizada por mulheres e homens negros brasileiros seja negro-brasileira. O pesquisador argumenta que, apesar da negativa carga semântica que o termo negro historicamente recebeu, usar os termos afro-brasileiro ou afrodescendente para definir a literatura negra é aderir a mais uma estratégia de descaracterização identitária própria da ideologia do branqueamento. Sobre esse aspecto o autor reitera:

A palavra “negro” é uma das mais polissêmicas do vernáculo. Sua polissemia, quem sabe, contribuiria para seu desprezo na caracterização de um corpus. Afro-brasileiro, expressão cunhada para a reflexão dos estudos relativos aos traços culturais de origem africana, independeria da presença do indivíduo de pele escura, e, portanto, daquele que sofre diretamente as consequências da discriminação. (CUTI, 2010, p.39)

Para alargar um pouco mais essa discussão em torno da conceituação dessa escrita negra, afro-brasileira ou afrodescendente citemos novamente Cuti (2010) pois ele destaca ainda um ponto que julgamos relevante:

O ponto nevrálgico é o racismo e seus significados no tocante à manifestação das subjetividades negra, mestiça e branca. Quais experiências vividas, que sentimentos nutrem as pessoas, que fantasias, que vivências, que reações, enfim são experimentadas por elas diante das consequências da discriminação racial e de sua presença psíquica, o preconceito? Esse é o ponto! (CUTI, 2010, p.39)

A partir das discussões apontadas precisamos esclarecer que este artigo não pretende aprofundar as discussões a respeito das denominações dadas a escrita literária negra. Importa salientar, como já mencionamos anteriormente, que textos produzidos a partir dessa estética são encontrados nas obras de Luiz Gama, Maria Firmina dos Reis, entre outros escritores do final do século XIX, início do século XX, sendo, portanto, considerada literatura negra, pois possuem esses marcadores em comum e conseguiram romper a barreira da invisibilização e de silenciamento históricos.

A produção literária recente, final do século XX e início do século XXI, apesar de ainda ser majoritariamente produzida e protagonizada por homens brancos (dados

revelados a partir da pesquisa⁶ de Regina Dalcastagnè, 2008), passa a contar com maior presença da literatura negra. Podemos citar alguns nomes que protagonizam essa vertente da literatura, tais como: Carolina Maria de Jesus (1914-1977), Osvaldo de Camargo (1936), Conceição Evaristo (1946), Geni Guimarães (1947), Cuti (Luiz Silva) (1951), Cidinha da Silva (1967), Ana Maria Gonçalves (1970), Livia Natália (1979), Elizandra Souza (1983), Jarid Arraes (1991), entre tantos outros autores/autoras negros/negras que, através da sua escrita literária, assumem seu pertencimento étnico, buscando romper com os estereótipos cristalizados pelo mundo branco, fortalecendo a luta antirracista, possibilitando a reelaboração da identidade negra, pautadas no auto reconhecimento e no orgulho de pertencer/descender de povos africanos.

Literatura no processo de reconstrução da identidade negra

Na construção da identidade, até os dias de hoje, a violência sofrida pelos negros resultou em feridas que estão a se abrir sempre, não cicatrizam. Essas marcas são tão profundas que causaram negação da cor, do pertencimento, da fé, ou seja, o negro precisou negar a sua identidade. Foi assim que começou o “embranquecimento” como processo de aceitação. Sobre esse tema, Santos afirma:

Era preciso fazer acreditar que apenas o embranquecimento seria uma solução plausível para negros e brancos, para que os últimos não fossem destruídos pelo enegrecimento e para que os primeiros não sucumbissem à herança nefanda que o destino os reservou: sangue africano. (SANTOS, 2005, p. 127).

Os resquícios dessa violência ficaram encrustadas em vários âmbitos da sociedade. A literatura que, segundo Antonio Candido (1995), é uma representação da realidade, mas não imitação servil, delimitou o espaço do negro como subalternizado, conforme observa também a pesquisadora Regina Dalcastagnè:

Na literatura, como nas telenovelas, na publicidade, no jornalismo, em suma, nas outras representações de nossa realidade (ainda que não necessariamente nela própria), a divisão de classes, raças e gênero é muito bem marcada: pobres e negros nas favelas e nos presídios,

⁶A pesquisa revelou uma espécie de perfil do escritor brasileiro: homem branco, heterossexual, de classe média e do Sudeste. Sobre os personagens, 93% são brancos, em sua maioria, homens (62,1%) e heterossexuais (81%). Aos 7,9% de personagens negros estão relegados papéis como bandidos ou contraventores (20,4%), empregados (as) domésticos (as) (12,2%). Destes apenas 5,8% são protagonistas 2,7% são narradores.

homens brancos de classe média e intelectuais nos espaços públicos, mulheres, dentro de casa, negras na cozinha[...] (DALCASTANGNÈ, 2012, p. 49).

A partir desse trecho posto em destaque, podemos assegurar que a literatura não é apenas um lugar de representação da realidade, mas também de discussão e questionamentos da realidade. Conforme assegura Nelly Novaes Coelho (1999), muitas mudanças sociais são precedidas por alterações de representações nos textos literários.

Mudanças sociais que a literatura faz preceder também são vistas nos documentos oficiais de ensino. Isto é, tanto os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's (1998), quanto a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que definem as aprendizagens fundamentais para a formação do estudante, avançaram no sentido de privilegiar o leitor fruidor, crítico e reflexivo. Para o ensino da Literatura do nível Fundamental, a BNCC apresenta como principal objetivo formar os chamados leitores-fruidores. Essa abordagem pode ser vista na quinta competência, do conjunto das competências específicas de linguagens:

Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas. (BRASIL, 2018, p. 65).

Apesar da afirmação certa da BNCC, sabemos que para ser leitor fruidor é preciso acesso aos artefatos culturais (livros e outras manifestações artísticas), compreender o que se lê, e que esses artefatos falem da realidade dos leitores/estudantes. Com esses pré-requisitos, cujos papéis são de responsabilidade do Estado, da escola e do professor leitor em formação continuada, desenvolve-se, no discente, a formação crítica, o respeito à diversidade e também a sua identidade. Assim, a leitura mediada e quem sabe, prazerosa, pode despertar muitas reflexões e, dependendo do nível de textualização de cada leitor e da sua adesão ao texto lido, promover a ampliação da suas habilidades e competências de leitura, assim como da criticidade, contribuindo para a reconstrução da identidade negra, formando sujeitos letrados que decifram mais do que palavras.

Duarte (2010) explicita que a Literatura Negra traz a experiência do negro/negra para a escrita. Escrevendo sobre si mesmo, os autores e autoras negras conseguem

Revista de Letras Norte@mentos

externar vivências, subjetividades e dar visibilidade a tantos aspectos da história que foram propositadamente apagados e/ou maculados na história oficial do Brasil.

Portanto, incluir esses textos nas aulas de leitura é de suma importância. Além de ampliar o cânone literário, esses textos problematizam aspectos que há muito tempo foram apagados das leituras literárias, como o enfrentamento ao preconceito e atitudes racistas; a violência; a apartação econômica e educacional; questões relacionadas ao mundo do trabalho, onde ainda há uma diferenciação muito grande entre brancos e negros na absorção dos trabalhadores pelo mercado de trabalho; dificuldades de reconhecimento da identidade, problemas estes que envolvem e afligem a comunidade negra de modo geral, atravessando a vida dos alunos e das comunidades escolares como um todo. Assim, com acesso a esses livros/textos os estudantes/leitores, poderão se identificar com o que leem, refletir sobre suas identidades, fortalecê-las além de esses textos suscitarem reflexões sobre as suas subjetividades, proporcionando a compreensão histórica de si, do espaço que os cerca e das lutas que precisam ser diuturnamente travadas, dentre a mais feroz o combate ao racismo.

Conclusão

O processo de escravidão do povo negro no Brasil, considerado o mais longo da história das Américas, provocou a exclusão secular desses povos do processo de Educação. No entanto, é importante destacarmos que, apesar de todas os entraves, absurdos e abusos, africanos e descendentes sempre lutaram contra a interdição educativa e, mesmo em números apoucados, a população vem conquistando acesso aos saberes escolares.

Apesar das profundas e perceptíveis marcas deixadas pelo processo de escravidão que a todo momento geram discriminação, preconceito, exclusão e racismo, ainda há quem negue a existência desse e considere que no Brasil existe a “democracia racial”, na qual todos os brasileiros, independentemente da cor da pele e da sua origem étnica, possuem direitos iguais referentes ao acesso à educação, saúde, trabalho e demais direitos inerentes ao exercício da cidadania. Entretanto, há, entre negros e brancos na sociedade brasileira, desigualdades profundas de acesso a todos os direitos

citados, como revelam as pesquisas⁷ realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

Objetivando minimizar as mazelas da pseudodemocracia racial e da exclusão social provocada pela desigualdade entre brancos e negros, no pós-abolição, muitas reivindicações, lutas e discussões fomentadas por movimentos sociais diversos foram transformadas em leis. No campo da Educação, através dessas leis, foi assegurado o direito à Educação Básica a todos, sem exceção de raça. Foi instituída a lei de cotas raciais nos cursos de Educação superior, entre muitas outras igualmente importantes. Mas, somente em 09 de janeiro de 2003 foi sancionada a lei 10.639/2003⁸(modificada pela lei 11.645/08) que tornou obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio de todas as instituições de ensino do país, porém, a existência da lei não garante que esse conteúdo acompanha, na prática, o currículo das disciplinas nas escolas.

A inserção dessa temática pode se dar das mais variadas formas, dentre elas, através da leitura literária, porque “no universo infinito da literatura sempre se abrem outros caminhos a explorar, novíssimos ou bem antigos, estilos e formas que podem mudar nossa imagem do mundo” (CALVINO,1988, p. 20). E conforme pondera SACRISTÁN (2008, p. 95): “através da leitura, o sujeito se apropria do seu próprio mundo, da sua própria realidade, o que o leva a pensar e agir com mais segurança e consciência”. Portanto, a leitura literária é fundamental para a formação dos estudantes e para o processo de reelaboração da identidade.

Os textos de autoria negra tematizam o enfrentamento ao preconceito e atitudes racistas; a violência; a apartação econômica e educacional; questões relacionadas ao mundo do trabalho, onde ainda há uma diferenciação muito grande entre brancos e negros na absorção dos trabalhadores pelo mercado de trabalho; dificuldades de reconhecimento da identidade, problemas estes que envolvem e afligem a comunidade

⁷**Educação** - taxa de analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais de idade) - Branca 3,9% X preta ou parda 9,1%. **Mercado de trabalho** (cargos gerenciais 2018) - 68,6% ocupados por brancos X 29,9% ocupados por pretos ou pardos. **Distribuição de renda e condições de moradia** (pessoas abaixo das linhas de pobreza 2018): Inferior a US\$ 5, 50/dia: branca 15,4% X preta ou parda 32,9%/ Inferior a UA\$ 1,90/dia: Branca 3,6% preta ou parda 8,8%. **Representação política** (deputados federais eleitos em 2018) Branca e outros 75,6%. BRASIL. *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)*. Disponível em: <http://www.ideb.inep.gov.br/resultado/>

⁸Lei 10.639/2003 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira.

negra de modo geral, atravessando a vida dos educandos e da comunidade escolar como um todo, pois temos salas mistas, miscigenadas que ficaram muito tempo sem essas discussões e reconhecemos o quanto é relevante fazer isso neste momento e ainda dar visibilidade a esses autores/autoras que falam tão “de perto” para esses jovens.

As discussões sobre a ‘questão da cor’ ainda estão ausentes em boa parte das aulas de leitura nas nossas escolas, causando, por vezes, estranhamentos e problemas entre a comunidade escolar quando são abordadas. Problemas estes diretamente relacionados com o preconceito e a discriminação raciais.

Deste modo, percebemos a importância da leitura literária na escola, especialmente a literatura negra, e como ela pode tornar a sala de aula um lugar propício para ligar as engrenagens da reflexividade indispensáveis para trabalhar questões ainda incômodas, como a da cor, na escola. Consideramos que a leitura do texto literário ajuda a ler melhor não apenas os textos, mas o mundo, porque faz conhecer, pensar e articular ideias e sentimentos e discuti-los sem embates e agressões. É na criação desse espaço de vivenciar sentimentos, emoções, conflitos ideológicos, que a literatura negra pode colaborar no ambiente da sala de aula, trazendo debates importantes sobre situações vivenciadas dentro e fora dela.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo da história única*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AZEVEDO, Aluísio de. *O cortiço*. São Paulo. São Paulo: Ática, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BRASIL. MEC. *Índice de desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)*, Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <http://www.ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: 9 set. 2021.

BRASIL. MEC. *Base nacional comum curricular*. 3ª versão revisada, Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 14 set.2021.

BRASIL. Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm/. Acesso em: 29 maio 2021.

Revista de Letras Norte@mentos

BRASIL. Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm/. Acesso em: 4 de set.de 2021.

BRASIL. Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885. Regula a extinção gradual do elemento servil, também conhecida como Lei Saraiva-Cotegipe, concedia liberdade aos escravos com mais de 60 anos de idade. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3270.htm/. Acesso em: 4 set.2021.

BRASIL. Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm. Acesso em: 4 set. 2021

BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: Língua Portuguesa*. Brasília/ DF: MEC, SEF, 1998.

CALVINO, Ítalo. *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

CAMINHA, Adolfo. *Bom crioulo*. São Paulo: Hedra. 2003

CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. 3. ed. São Paulo: Duas cidades, 1995.

COELHO, Nelly Novaes. O desafio ao cânone: consciência histórica versus discurso-em-crise. In: CUNHA, Helena Parente (Org.). *Desafiando o cânone: aspectos da literatura de autoria feminina na prosa e na poesia (anos 70/80)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999.

CUTI, Luiz Silva. *Literatura negro- brasileira*. São Paulo. Selo Negro, 2010.

CUTI, Luiz Silva. “O leitor e o texto afro-brasileiro” In: FIGUEREDO, Maria do Carmo Lana; FONSECA, Maria Nazareth Soares (org). *Poéticas afro-brasileiras*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, Mazza edições, 2002. p. 19-36.

DALGASTAGNÈ, Regina. *Literatura Brasileira Contemporânea: um território contestado*. Vinhedo: Belo Horizonte, 2012.

DALCASTAGNÈ, Regina. Entre silêncios e estereótipos: relações raciais na literatura brasileira contemporânea. In: *Estudos de literatura brasileira contemporânea*. n. 31. Brasília: UNB, janeiro/junho 2008, p. 87-110.

DUARTE, Eduardo de Assis. *Por um conceito de literatura afro-brasileira*. Rio de Janeiro: Terceira Margem, 2010.

Revista de Letras Norte@mentos

DUARTE, Eduardo de Assis. *Machado de Assis afrodescendente: escritos de caramujo*. Belo Horizonte: Crisálida, 2007.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. *Scripta*. Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2º sem. 2009.

GAMA, Luiz. *Primeiras trovas burlescas & outros poemas*. Org. e inter. Ligia F. Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). *Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p.39-62.

GUIMARÃES, Bernardo. *A escrava Isaura*. São Paulo: Ática, 1998.

HOUAISS, Antônio. VILLAR, Mauro Salles. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetivo; 2004.

IBGE. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Rio de Janeiro, 2019. (Estudos e pesquisas: informação demográfica e socioeconômica, n.41). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/vizualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em 18 junho 2020.

LOBO, Luiza. *Crítica sem juízo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

MARQUES DA SILVA, Andressa. O Quilombhoje, o Grupo Negrícia e o debate pioneiro sobre o ensino de literatura afro-brasileira nos anos 1980. *Revista Cerrados*, 30 (57). Disponível em: <https://doi.org/10.26512/cerrados.V30i57.39551>. 2021. Acesso em: 27 set. 2022

NASCIMENTO, Abdias. *O Genocídio do negro brasileiro*. Processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NOGUEIRA, Isabela Pretti. *Cadernos Negros: a literatura nacional como difusão de consciência*. Centro cultural São Paulo CCSP. Disponível em: <http://centrocultural.sp.gov.br/2020/03/11/cadernos-negros-a-literatura-nacional-como-difusao-de-consciencia/> Acesso em: 29 out 2022

PEREIRA, Edmilson de Almeida. *Malungos na escola: questões sobre culturas afrodescendentes e educação*. São Paulo: Paulinas, 2010.

SACRISTÁN, J.G. *A educação que ainda é possível: ensaios sobre uma cultura para a educação*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. *A invenção do “ser negro”*: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro:

Revista de Letras Norte@mentos

Pallas,2005

SILVA, Geraldo da, ARAÚJO, Márcia. Da interdição escolar às ações educacionais de acesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológicas. *In: ROMÃO, Jeruse (Org.). A história da educação do negro e outras histórias.* Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade,2005, p. 65-78.

Recebido em 29/12/2022

Aprovado em 12/05/2023